

# O ENSINO DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS E ICONOGRÁFICOS NOS CURRÍCULOS DE CURSOS SUPERIORES EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

## THE TEACHING OF AUDIOVISUAL AND ICONOGRAPHIC RECORDS IN THE EDUCATION PLAN OF HIGHER EDUCATION COURSES IN ARCHIVAL SCIENCE IN BRAZIL

Noemi Andreza da Penha<sup>a</sup>  
Bruno Henrique Machado<sup>b</sup>  
Luiz Antonio Santana da Silva<sup>c</sup>  
Telma Campanha de Carvalho Madio<sup>d</sup>

### RESUMO

**Objetivo:** refletir sobre a formação do profissional arquivista e a abordagem proposta pela área quanto aos documentos audiovisuais e iconográficos nos arquivos. Como objetivos específicos, procurou-se identificar as primeiras propostas no tratamento desses documentos e realizar um levantamento dos cursos de Arquivologia, verificando o oferecimento de disciplinas e suas ementas sobre esses documentos. **Metodologia:** possíveis incoerências foram identificadas no entorno do aporte teórico e metodológico referente a esses documentos, uma vez que eles ainda são, frequentemente, abordados como arquivos especiais e especializados, ao invés de serem considerados como um documento cumprindo uma função, com relações orgânicas, dentro de uma instituição. **Conclusões:** constatou-se que os cursos de Arquivologia no Brasil, em sua maioria, ainda mantêm o conceito de arquivos especiais e especializados desde a década de 1970 e não estipulam, nas disciplinas, critérios ou propostas para a inclusão desses documentos nas funções orgânicas das instituições.

**Descritores:** Arquivologia. Ensino. Documentos. Audiovisuais. Documentos

---

<sup>a</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Universidade Estadual Paulista (UNESP). Diretora do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), São Paulo, Brasil. E-mail: noemiandrea10@gmail.com

<sup>b</sup> Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista. (UNESP). Docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Brasil. E-mail: machadobrunohenrique@furg.br

<sup>c</sup> Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Brasil. E-mail: luizsantana@ufam.edu.br

<sup>d</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, Brasil. E-mail: telma.madio@unesp.br

iconográficos. Arquivos Especiais.

## 1 INTRODUÇÃO

Na *práxis* arquivística, identifica-se incoerências acerca do aporte teórico e metodológico, que serão o objeto de análise do presente artigo, referente à gestão e ao tratamento adequado de documentos audiovisuais e iconográficos que, consistentemente, são considerados pela literatura nacional como arquivos especiais ou especializados. Tais aportes se contrapõem, tendo em vista que, no arcabouço teórico da Arquivologia brasileira, os documentos arquivísticos são reflexos de funções, atividades e tarefas administrativas, independentemente do suporte, gênero, formato e natureza.

São documentos probatórios, isto é, aqueles concernentes à prova, prazo probatório (Vade [...], c2019), que devem ser tratados como tal, de acordo com os princípios e técnicas arquivísticas. Contudo, encontram-se divergências entre a teoria e a prática, uma vez que tais documentos são tratados como coleções audiovisuais, fotográficas, dentre outras categorias.

Durante muito tempo, os acervos documentais eram constituídos, em grande parte, por documentos do gênero textual. O que mudou esse cenário foi a inclusão da fotografia e, posteriormente, dos documentos audiovisuais com uso massivo dos suportes videográficos

Dessa forma, constata-se que a fotografia está presente nas unidades informacionais desde 1839<sup>1</sup>, quando foi anunciada, oficialmente, sua descoberta em Paris, o que a transformou em um recurso legal e com caráter probatório, que reforça seu papel informativo e documental.

Nos arquivos, a fotografia foi aceita imediatamente, dado seu caráter indicial da realidade, como observa Tagg (2005):

Estaba abierta también a una amplia variedad de aplicaciones científicas y técnicas y proporcionaba una instrumentación preparada para una serie de instituciones reformadas o emergentes, de tipo médico, legal y municipal en las cuales las fotografías funcionaban como medio de archivo y como fuente

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre a história da fotografia, pesquisar Newhall (2006), Sánchez-Vigil (2006) e Sougez (2001).

de prueba. (Tagg, 2005, p. 81-82).<sup>2</sup>

Nesse sentido, tais documentos, produto das linguagens e técnicas fotográficas, passaram a compor a produção documental nas unidades de informação, porém, sem critérios definidos de tratamento e organização arquivística. No Brasil, as discussões teóricas ainda eram restritas aos poucos cursos de especialização que eram oferecidos, principalmente, àqueles que já atuavam com os documentos de arquivo. Segundo Gomes (2014, p. 101), "[...] identifica-se que tanto o Estado quanto os profissionais de arquivo desempenharam papéis fundamentais para a regulamentação do Curso Superior de Arquivologia, entre outras ações".

Assim, a área começou a se organizar em relação ao seu *corpus* teórico em 1972, no primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), que foi realizado no Rio de Janeiro e organizado pela Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB). Para o primeiro Currículo Mínimo do Curso Superior em Arquivos, Paes e Marques (1977) anunciaram dois novos conceitos arquivísticos, elaborados com o intuito de definir os documentos de arquivo, produzidos em outros suportes que não o papel:

Arquivos especializados são aqueles que têm sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana dentro de um campo específico, independentemente da forma física que apresentem, como por exemplo os arquivos hospitalares ou arquivos médicos, os arquivos de imprensa, os arquivos de engenharia e assim por diante. [...] Denominamos arquivos especiais aqueles que têm sob salvaguarda documentos de formas físicas diversas e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento; controle, conservação etc. (Paes; Marques, 1977, p. 18).

Conforme destacado, de acordo com Silva *et al.* (2021), a discussão no Brasil sobre os conceitos iniciais sobre os “arquivos especiais” e “arquivos especializados” teve como precursora Marilena Leite Paes na discussão do Currículo Mínimo para formulação do primeiro curso de Arquivologia no país. A

---

<sup>2</sup> Tradução: Também estava aberto a uma ampla variedade de aplicações científicas e técnicas e fornecia instrumentação preparado para uma série de instituições reformadas ou emergente, do tipo médica, jurídica e municipal, em que as fotografias funcionavam como meio de arquivo e como fonte de prova;

partir da criação e uso das novas definições, os demais gêneros documentais, como os documentos audiovisuais e iconográficos, foram incorporados nas duas definições de arquivos especializados e arquivos especiais.

Além disso, os conceitos de documentos audiovisuais apresentados pela terminologia da área são divergentes e escassos, como é possível constatar nas primeiras definições da área, extraídas dos dicionários de terminologia arquivística mais importantes do Brasil: o “Dicionário de Terminologia Arquivística”, elaborado em sua primeira edição pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, núcleo São Paulo, em 1996 (Camargo; Bellotto, 1996), e o “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística”, elaborado em sua primeira edição pelo Arquivo Nacional em 2005 (Arquivo Nacional, 2005). Nesses, relaciona-se como “gênero documental que utiliza como linguagem básica a associação do som e da imagem” (Camargo; Bellotto, 1996, p. 27); e “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas” (Arquivo Nacional, 2005, p. 73).

Seguindo a perspectiva, em diferentes dicionários, autores e instituições, é possível observar divergências na compreensão do documento audiovisual. A primeira definição encontrada no Dicionário de Terminologia Arquivística (Camargo; Bellotto, 1996) apresenta o documento audiovisual como um documento cujo gênero documental é composto por som e imagem de forma simultânea.

A definição do Arquivo Nacional (2005) também compreende documento audiovisual como um gênero documental, porém composto por imagens fixas, em movimento com ou sem som, além de registros sonoros. Observa-se um desdobramento nas compreensões na literatura arquivística concernentes à temática e, conseqüentemente, de sua abordagem nos currículos das universidades, seja de forma direta ou indireta.

No que tange aos conceitos de documentação fotográfica e iconográfica, os mesmos dicionários foram consultados com o intuito de averiguar os conceitos.

Documentação fotográfica: documentação composta por fotografias. Termos equivalentes: *photographic archives*,

*photographic records; archives photographics, archivo fotográfico.* (Camargo; Bellotto, 1996, p. 27-28).

Documentação iconográfica: gênero documental que utiliza como linguagem básica a imagem. Termos equivalentes: *iconographic archives, iconographic records, archives iconographiques, archivo iconográfico, documentos iconográficos.* (Camargo; Bellotto, 1996, p. 28).

Documento iconográfico: Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras. (Arquivo Nacional, 2005, p. 76).

Documento fotográfico: Fotografia em positivo ou negativo. (Arquivo Nacional, 2005, p. 76).

Nas definições acima, é possível observar alguns pontos divergentes e convergentes: as definições de documentação fotográfica, por exemplo, são abrangentes e não são consideradas um gênero documental, mas ambas utilizam a imagem como insumo básico. Já a definição de documentação iconográfica é apontada como um gênero documental, composto basicamente de imagens. Assim, subentende-se que ambas podem conter documentos produzidos à base de imagem. Porém, apenas uma delas detém *status* de gênero documental, outra como conjunto de documentos, e a definição de documento fotográfico apresenta apenas os produtos da técnica fotográfica: fotografias, positivo ou negativo.

A atribuição do *status* de arquivos especiais e especializados resultou no distanciamento dos documentos orgânicos dos princípios e funções arquivísticas, do objeto e objetivos da Arquivologia. Quanto aos princípios arquivísticos, verifica-se que o tratamento dado aos documentos textuais pelo profissional da área é completamente distinto daquele dispensado aos documentos audiovisuais e iconográficos. Em relação aos princípios preconizados pela Arquivologia, a saber, os princípios da proveniência<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup> Conforme esse princípio, os arquivos originários de uma instituição ou pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa (Camargo; Bellotto, 2012, p. 69).

unicidade<sup>4</sup>, organicidade<sup>5</sup> e indivisibilidade (ou integridade arquivística)<sup>6</sup>, esses devem ser respeitados quando se propõe qualquer intervenção arquivística, independente dos gêneros documentais (Camargo; Bellotto, 2012).

Dessa maneira, o estudo não tem como escopo analisar a proposta dos currículos mínimos<sup>7</sup>, mas os Projetos Pedagógicos e planos de ensino disponibilizados pelos cursos de graduação em Arquivologia, referentes às disciplinas que abordam os documentos audiovisuais e iconográficos, assim como os desdobramentos da temática na atualidade.

Assim, propõe-se uma análise das ementas dos respectivos planos de ensino que contemplam esses documentos, uma vez que se acredita que “[...] qualquer plano de ensino bem concebido irá considerar prioritário esse saber que nunca acaba” (Savater, 2012, p. 48). O ensino superior, portanto, deve constituir-se de ações afirmativas que contemplem as necessidades da sociedade. Dessa forma, em uma visão ampla, pois:

[...] destinado a formar profissionais de nível universitário (a imensa gama de profissionais liberais e de cientistas e tecnólogos de diferentes matizes), formula-se a exigência da organização da cultura superior com o objetivo de possibilitar a toda a população a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo (Saviani, 2007, p. 161).

Segundo Chauí (2001), a Universidade é uma instituição social, constituída pelos mesmos *modus operandi* determinados por uma sociedade. Dessa maneira, ela não deveria estar isolada da realidade, já que o ensino da universidade também é de seu interesse, pois se acredita que “[...] a verdadeira educação consiste não só em ensinar a pensar como também em aprender a

---

<sup>4</sup> Qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função do seu contexto de origem (Camargo; Bellotto, 2012, p. 81).

<sup>5</sup> Qualidade segundo os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas (Camargo; Bellotto, 2012, p. 65).

<sup>6</sup> Característica derivada do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou crescimento indevido (Camargo; Bellotto, 2012, p. 55).

<sup>7</sup> Inicialmente, os quatro primeiros cursos de Arquivologia no Brasil tiveram que se submeter ao Currículo Mínimo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO -, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM -, Universidade Federal Fluminense - UFF - e Universidade de Brasília - UnB), tendo em vista que era uma exigência para os cursos de graduação no Brasil e estiveram vigentes até 1996, quando foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), tornando inexistente essa prerrogativa.

pensar sobre o que se pensa” (Savater, 2012, p. 33). Acredita-se que:

[...] nenhuma forma de trabalho essencialmente dicotomizante de teoria e prática e que ou menospreza a teoria, negando-lhe qualquer importância, enfatizando exclusivamente a prática, a única a valer, ou negando a prática fixando-se só na teoria (Freire, 2001, p. 263).

Nesse sentido, o propósito do texto é conhecer e apresentar o cenário educacional, propagado pelos cursos superiores em Arquivologia no Brasil, destacando o ensino sobre os documentos audiovisuais e iconográficos no que tange aos conceitos e princípios da Arquivologia. O estudo dos documentos audiovisuais e iconográficos é importante para o contexto sócio tecnológico resultante de transformações no campo do saber e, principalmente, do fazer arquivístico.

## **2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

No Brasil, a Arquivologia surgiu e se organizou da *práxis* e das transformações tecnológicas, a partir dos avanços e necessidades da própria área na década de 1970. Na década de 1920, os profissionais do Arquivo Nacional recebiam formação técnica com disciplinas arquivísticas que eram oferecidas no Museu Histórico Nacional e na Biblioteca Nacional, ambos situados no Rio de Janeiro (Ferreira; Konrad, 2014). Somente na década de 1960, o ensino técnico em Arquivologia, no país, teve suas origens por meio do Curso Permanente de Arquivos (CPA), oferecido pelo Arquivo Nacional (AN) na mesma cidade.

Já em 1973, o Curso Permanente de Arquivos (CPA) recebeu mandato universitário da UFRJ, ainda no Arquivo Nacional. Em 1977, o curso foi transferido para a UNIRIO (Santos, 2008; Marques, 2019), iniciativa desenvolvida por meio da mobilização, em 1972, do Arquivo Nacional em conjunto com a recém-criada Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), quando a proposta de currículo mínimo para o ensino superior em Arquivologia foi apresentada ao Conselho Federal de Educação (CFE).

A proposta foi aprovada e o Parecer nº 212, de 7 de março de 1972, da

CFE autorizou as universidades brasileiras a organizarem o curso de Arquivologia em nível superior, específico às realidades institucionais (Brasil, 1972). A Resolução de nº 28 de 13 de maio de 1974, do CFE (Brasil, 1974), constituiu o primeiro currículo mínimo de Arquivologia, composto pelas seguintes disciplinas:

Introdução ao estudo da história  
Noções de Contabilidade  
Noções de Estatística  
**Arquivo I a IV**  
Documentação  
Introdução à Administração  
História Administrativa, Econômica e Social do Brasil  
Paleografia e Diplomática  
Introdução à Comunicação  
Notariado  
Uma língua estrangeira moderna (Brasil, 1974, grifo nosso).

Na época, o currículo mínimo era composto por 2.160 horas de aula que deveriam ser cursadas entre 3 (três) e 5 (cinco) anos, com estágio supervisionado em instituição especializada representando 10% (dez por cento) do total das horas previstas. O currículo mínimo desmembrava-se nas disciplinas Arquivo I a IV com os respectivos conteúdos programáticos, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Disciplinas do primeiro currículo mínimo de graduação em Arquivologia**

Arquivo I a VI	Origens e história; conceito; definições; finalidades, classificação dos arquivos; tipos de arquivamento; terminologia; gêneros e espécies dos documentos; bibliografia arquivística; assistência técnica; cooperação internacional, legislação e equipamento; conservação, restauração e reprodução de documentos; arquivos correntes, planejamento, organização, administração e arranjo; arquivos de custódia – planejamento, organização, administração, arranjo e descrição; <b>arquivos especiais (audiovisuais, etc.) – e arquivos especializados (médicos, etc.)</b> – teoria e prática.
----------------	--

**Fonte:** Adaptado do Conselho Federal de Educação (Brasil, 1974).

Além da habilitação, também era possível se capacitar em áreas específicas, como arquivos históricos, oficiais, empresariais, escolares, científicos, entre outros. Assim, o Curso Permanente de Arquivos (CPA), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil, passou a funcionar com mandato universitário, mas

continuou sendo ministrado no Arquivo Nacional. Em 1977, o curso foi transferido para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro) (Santos, 2008; Marques, 2019)<sup>8</sup>.

Como destacado no detalhamento do conteúdo da disciplina, o estudo teórico e prático dos “[...] arquivos especiais (audiovisuais, etc.) – e arquivos especializados (médicos, etc.)” (Brasil, 1974) foi indicado já no primeiro currículo do curso. Ou seja, as especificidades do suporte e o tratamento diferenciado por gênero documental (textual, audiovisual, iconográfico etc...) foram incluídos no currículo mínimo da graduação em Arquivologia - Arquivo I a VI, de acordo com CFE (Brasil, 1974). Contudo, naquele ano, a prática de segmentar o ensino também estava sendo reforçada pelas publicações de teóricos da área que, conforme Rousseau e Couture (1998), ocorreu da seguinte forma:

Durante muito tempo preocupada apenas com os documentos em suporte de papel, em particular com os documentos textuais, a arquivística tradicional consagrou-se pouco ao tratamento dos documentos ditos não textuais. Considerados como documentos especiais, a maior parte das vezes estes eram reunidos em coleção ou confiados a especialistas de outras áreas, pouco iniciados nos princípios arquivísticos (Rousseau; Couture, 1998, p. 227).

Percebe-se, assim, que o currículo mínimo de graduação em Arquivologia no Brasil ainda estava alinhado com a Arquivística Tradicional, pois os esforços teórico-metodológicos para lidar com o novo gênero documental eram insuficientes. Por isso, os documentos audiovisuais e iconográficos, por possuírem sua constituição linguagem não verbal, foram privados de tratamento documental adequado pela disciplina em um primeiro momento.

---

<sup>8</sup> Posteriormente, mais dois cursos de Arquivologia foram criados: um na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1977 e outro na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1978. Após, a área contou com mais conquistas por meio da Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), como exemplo, é possível citar a promulgação da Lei nº 6.546, de 4 de 1978, que regulamenta as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo (Brasil, 1978).

### **3 O ENSINO DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS E ICONOGRÁFICOS NO DOMÍNIO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO**

O ensino, assim como os conceitos de documentos audiovisuais e iconográficos, foi originalmente inserido no primeiro curso superior em Arquivologia, criado em 1973 na UNIRIO. É importante destacar que, no Curso Permanente de Arquivos criado no Arquivo Nacional na década de 1960, não havia oferta de componentes que abordassem documentos audiovisuais e iconográficos. Contudo, na elaboração da proposta do currículo mínimo para compor a matriz curricular do referido curso, as disciplinas intituladas como arquivos especializados e arquivos especiais foram as responsáveis por estudar os documentos audiovisuais e iconográficos.

A partir da criação e aprovação do currículo mínimo, houve a inclusão da disciplina de arquivos especializados e especiais no plano pedagógico dos cursos, assim como a reformulação dos projetos políticos pedagógicos (PPP) dos cursos, em que os currículos mínimos deixavam de ser obrigatórios com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) por meio da instauração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Conforme Teixeira Júnior (2020), é importante destacar que as DCN no ensino superior brasileiro substituíram os currículos mínimos, instituídos em tempos de regime militar.

As DCN, diferentemente dos currículos mínimos, visam orientar as instituições na construção dos projetos pedagógicos sem, contudo, subtrair das instituições sua autonomia para decidir o que ensinar, como e quando. As diretrizes estabelecem fins: conjunto de habilidades e competências desejadas aos egressos de cada um dos cursos (Teixeira Júnior, 2020, p. 1).

Assim, devido à falta de entendimento do caráter e contexto de produção arquivísticos dos documentos audiovisuais e iconográficos atrelada à exigência dos currículos mínimos, os teóricos e arquivistas da época não consideravam os documentos audiovisuais e iconográficos como resultantes de uma função, atividade e tarefa administrativas.

Os principais manuais da Arquivologia, segundo estudos de Lacerda (2008) e Silva (2013, 2019), não abordavam tais documentos. O primeiro a citá-

los foi Schellenberg (2006) em seu livro “Arquivos modernos: princípios e técnicas”, porém sem uma discussão detalhada dos procedimentos técnicos de organização e tratamento documental.

O manual de arquivística de grande referência, “Arquivo: Teoria e Prática”, de autoria de Marilena Leite Paes (1986), disseminou ainda mais os conceitos de arquivos especiais e especializados. Dessa forma, a discussão sobre o tópico foi pautada conforme a definição de documento arquivístico, como apresenta Delmas (2010):

Pela definição clássica um documento de arquivo é aquele que, quaisquer que sejam sua data, sua forma e seu suporte, foi naturalmente criado ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, num dado momento, no decorrer e para o exercício de suas atividades habituais. Essa pessoa (instituição) o utiliza pela razão por que foi feito e, após o uso, o guarda, o classifica e o conserva se considerar que ele poderá novamente lhe ser útil algum dia. [...] Essa definição refere-se a um documento em papel, seja ele manuscrito, impresso ou desenhado; a uma fotografia, a um filme, a uma gravação sonora, a uma fita magnética, a um disquete, a um disco ótico, e até a um cartão com chip [...] (Delmas, 2010, p. 129-130).

O autor argumenta que a natureza de um documento arquivístico não é determinada pela sua forma, suporte ou tipo de escrita, mas pela ação que o gerou, sua gênese. Assim, em outras palavras, a tríade (ação, informação e suporte) que corresponde às construções, linguagens e procedimentos. Assim, “[...] as informações orgânicas, têm uma natureza própria que não dependem do suporte nem da escrita ou da antiguidade” (Delmas, 2010, p. 132). Conforme apresenta Duranti (1997), a organicidade é a configuração que reflete as relações entre os diversos documentos produzidos por uma instituição que evidenciam a relação entre o arquivo e seu organismo produtor.

Percebe-se que a denominação de arquivos especiais e especializados não é adequada, uma vez que tais documentos são entendidos como qualquer outro documento de arquivo, gerados a partir de uma atividade desempenhada pela administração (pública ou privada). Em outras palavras, quando um documento é percebido de tal maneira, não se deve nomeá-lo de forma diferente, pois seria percebido sob a ótica da conservação do suporte, gênero e formato em detrimento dos demais documentos arquivísticos.

Defende-se, portanto, que os documentos audiovisuais e iconográficos sejam analisados desde a sua produção e que as especificidades da linguagem sejam compreendidas pelos profissionais dos arquivos. Além disso, espera-se que essa compreensão comece a fazer parte da formação nos cursos de Arquivologia. Assim, acredita-se que, apenas com o aprimoramento do ensino, será possível obter melhores resultados teóricos-metodológicos.

#### **4 METODOLOGIA**

Esta investigação delimita-se à análise do ensino de documentos audiovisuais e iconográficos nos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil vigentes em 2023. O levantamento foi realizado no período de março a abril de 2023, examinando a matriz curricular no sítio eletrônico de cada instituição que oferece o curso de Arquivologia, num total de 17 instituições. Para tanto, foram identificadas as disciplinas com os seguintes termos: audiovisual, iconografia, fotografia, especiais e especializados.

A partir dos resultados obtidos, tanto via site quanto via e-mail da coordenação dos cursos oficiais, optou-se pela exposição em um quadro explicativo com os seguintes campos: instituição de ensino; nome; ementa/objetivo; obrigatório ou optativa; carga horária e período do projeto pedagógico vigente, com o *link* do sítio da instituição.

A partir da análise dos planos de ensino e dos projetos pedagógicos de curso de disciplinas oferecidas pelos cursos, deu-se início às análises comparativas entre conceitos de documento arquivístico, audiovisual e iconográfico, assim como a compilação de informações extraídas das ementas e objetivos da disciplina nos planos de ensino. Decidiu-se, então, incluir “não há” no quadro, para os casos de ausência de disciplinas oferecidas pela universidade.

#### **5 RESULTADOS: DISCIPLINAS DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS E ICONOGRÁFICOS NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**

No Brasil, o saber e o fazer arquivístico são reconhecidos de forma

diferenciada: o saber não está presente apenas na atuação profissional arquivística nos setores públicos e privados, mas também na produção de conhecimento técnico-científico, através do ensino nas universidades. No Quadro 2, são apresentadas as Instituições de Ensino Superior (IES) responsáveis pela formação de arquivistas, bem como as disciplinas ofertadas no que diz respeito a documentos audiovisuais e iconográficos:

**Quadro 2 – Disciplinas que abordam documentos audiovisuais e iconográficos**

Instituições de Ensino Superior	Disciplina	Ementa/Objetivo	Obrigatória/Optativa	Carga horária	Período do projeto pedagógico
Universidade de Brasília (UNB)	Acervos audiovisuais	Estudo dos suportes dos documentos audiovisuais: história, desenvolvimento e técnicas de preservação. Análise da informação audiovisual: métodos de tratamento do conteúdo informacional de som e de imagens fixas e em movimento. A evolução para o contexto digital: semelhanças, diferenças e a demanda de uma nova abordagem. Gestão de acervos fotográficos e filmicos: características, necessidades e soluções.	Optativa da Área de Concentração	60 horas	Julho de 2020
Universidade de Brasília (UNB)	Organização arquivística de materiais fotográficos	Análise das especificidades da organização arquivística de documentos imagéticos, considerando que os materiais fotográficos podem ser encarados como ocorrência típica de tal universo. Estudo dos procedimentos pertinentes à sua organização, priorizando o contexto de produção, a fim de garantir a compreensão da gênese documental.	Optativa da Área de Concentração	60 horas	Julho de 2020

Universidad e Estadual da Paraíba (UEPB)	Arquivos especiais e especializados	Conceito de arquivos especiais e especializados; estudo das diferenciações tipológicas; metodologias na organização, descrição e guarda em suportes não convencionais.	Obrigatória (Básico Específico)	60 horas	2016
Universidad e Estadual de Londrina (UEL)	Arquivos Especializados	Introdução ao estudo da organização de arquivos especializados.	Obrigatória	60 horas	2017
Universidad e Estadual de Londrina (UEL)	Arquivos Especiais	Introdução ao estudo da organização de arquivos especializados.	Obrigatória	30 horas	2017
Universidad e Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Linguagens e Gêneros Documentais	Discutir as Linguagens e suas manifestações, destacando suas formas e estruturas de materialidade em nossa sociedade. Perceber a ocorrência de diferentes categorias de expressão da linguagem, elementares para determinar os padrões utilizados em nossas relações e comunicações, em diferentes categorias socioculturais e em tempo-espço definidos. Enfatizar especificidades e características das linguagens inerentes aos documentos existentes nas unidades informacionais.	Obrigatória	60 horas	2020 (UNESP, 2020)
Universidad e Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Fotografia e Arquivos de Jornal	Discutir a fotografia na imprensa e a formação de arquivos com fotografia.	Optativa	30 horas	2020 (UNESP, 2020)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Organização e Preservação de Acervos Sonoros e Audiovisuais	Gerenciamento e tratamento técnico de registro sonoros. Preservação dos registros sonoros: condições ambientais necessárias.	Optativa da Área de Concentração	68 horas	2009
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Organização e Preservação de Acervos Fotográficos	História, organização e preservação de acervos fotográficos, incluindo a base dos filmes fotográficos.	Optativa da Área de Concentração	34 horas	2009
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Tópicos em arquivos especializados A, B, C, D	Conteúdo variável	Optativa	código A, B, C, D, representando, respectivamente, a carga horária de 15h (1 crédito), 30h (2 créditos), 45h (3 créditos) ou 60h (4 créditos).	Relatório de versão curricular, Pró-reitoria de Graduação, de 10 de março de 2016, 14.18.12
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	-
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Informação em Imagem Fotográfica	A imagem fotográfica: aspectos históricos, teóricos, técnicos e práticos do analógico ao digital. Informação em imagem fotográfica.	Optativa	72 horas	2016
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Pesquisa Sobre Fotografia	Abordar as diferentes formas de realizar pesquisa, tendo como foco principal os registros fotográficos.	Optativa (disciplina complementar)	45 horas	2004 (ativa)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Documentação audiovisual	Aplicar técnicas de organização e classificação de documentos em arquivos	Optativa (disciplina complementar)	60 horas	2004 (ativa)

		documentos audiovisuais.			
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Documentos Audiovisuais	Aplicar técnicas de organização e classificação de documentos em arquivos audiovisuais.	Optativa (disciplina complementar)	45 horas	2004 (ativa)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros em arquivos	Abordar as especificidades dos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. Gerenciamento e tratamento arquivísticos de materiais audiovisuais, iconográficos e sonoros. Compreender esses documentos enquanto produtos de atividades administrativas, produzidos para fins de prova.	Obrigatória	60 horas	2019
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Acervos fotográficos em Arquivos	Debate conceitual e histórico sobre acervos fotográficos nos arquivos. O documento fotográfico como documento de arquivo. Identificação, organização e descrição dos documentos fotográficos nos arquivos. Políticas públicas e elaboração de projetos culturais para acervos fotográficos.	Optativa	60 horas	A partir de 2017
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Documentação Audiovisual e Digital	Estudo dos vários arquivos audiovisuais. Os métodos utilizados na organização e recuperação da informação em suporte não convencional. A importância e a metodologia de	Optativa	30 horas	a partir de 2013

		preservação destes documentos.			
Universidade Federal do Pará (UFPA)	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	-
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Arquivos Especiais	Produção de documentos especiais. Tipos de suporte. Tipos de arquivamento, acondicionamento e manuseio. Preservação e conservação de suportes especiais. Durabilidade de suportes.	Obrigatória	60 horas	2017
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Arquivos Especializados	Áreas do conhecimento que produzem documentos especializados. Identificação dos tipos de instituições. Tipologia documental produzida: conceitos e características. Estudos de casos. Características similares decorrentes de um contexto jurídico administrativo comum. Conhecer abordagens teóricas, metodológicas e técnicas para o tratamento de documentos especiais.	Obrigatória	60 horas	2017
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Acervos Fotográficos Digitais	Produção de documentos fotográficos digitais. Componentes e características da imagem digital. Especificidade do gênero iconográfico. Suportes físicos para imagens digitais. Normas de descrição de documentos fotográficos.	Optativa	30 horas	2017

Universidade e Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Introdução à Fotografia	A imagem fotográfica: aspectos históricos, teóricos, técnicos e práticos do analógico ao digital. Linguagem fotográfica e informação. Especificidades no uso da imagem fotográfica pelas diferentes áreas da comunicação e suas interfaces.	Obrigatória	60 horas	(2017) Em atualização
Universidade e Federal Fluminense (UFF)	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	-
Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da disponibilização das ementas dos cursos (entre os meses março e abril de 2023).

Diante do panorama, observa-se que as disciplinas oferecidas e ministradas pelas IES, em sua maioria, são optativas (57%), seguidas das obrigatórias (30%), e 13% não oferecem nenhuma disciplina referente ao tema. Isso demonstra um ponto frágil dos cursos de Arquivologia, uma vez que parecem não compreender a real necessidade dos discentes adquirirem conhecimento técnico-científico adequado para atuação profissional em Arquivologia.

Dentre as disciplinas oferecidas, faz-se importante ressaltar os títulos de quatro disciplinas que apontam os documentos iconográfico e audiovisual como “arquivos especiais e especializados (as)”. A descrição foi encontrada tanto no nome da disciplina quanto na ementa e objetivo dos projetos pedagógicos da UEPB, UEL, UFMG e FURG, o que levou à análise das ementas e objetivos para compreender quais gêneros documentais estariam contemplados nessa nomeação. Na UEPB, a disciplina aborda o “conceito de arquivos especiais e especializados; estudo das diferenciações tipológicas; metodologias na organização, descrição e guarda em suportes não convencionais”.

Já as disciplinas da UEL, “Arquivos Especializados” e “Arquivos

Especiais”, realizam a descrição da mesma forma: “introdução ao estudo da organização de arquivos especializados”. Nesse caso, verifica-se outro problema terminológico, pois há diferença conceitual entre arquivos especializados e especiais, de acordo com Paes (1986). Assim, ter um mesmo objetivo técnico-científico em um componente curricular obrigatório para tratar temáticas distintas é oneroso quanto ao conhecimento inadequado ensinado.

Já a disciplina da UFMG é apresentada como optativa (como Tópicos em arquivos especializados A, B, C, D, com conteúdo variável), podendo ou não ser ofertada, a depender da demanda do curso. A FURG, por sua vez, possui duas disciplinas obrigatórias: “Arquivos especiais”, que aborda a “produção de documentos especiais”, ou seja, tipos de suporte, de arquivamento, acondicionamento e manuseio, assim como a preservação e conservação de suportes especiais, durabilidade de suportes; a outra disciplina, “Arquivos especializados”, abrange áreas do conhecimento que produzem documentos especializados, assim como a identificação dos tipos de instituições, tipologia documental produzida (conceitos e características), estudos de casos, características similares decorrentes de um contexto jurídico administrativo comum, e tem como objetivo conhecer abordagens teóricas, metodológicas e técnicas para o tratamento de documentos especiais.

Desse modo, entende-se que as disciplinas continuam utilizando um termo inadequado, pois está caindo em desuso. Ou seja, apesar de ainda se entender esses documentos como documentos de arquivo, é possível dizer que o que os diferencia dos demais documentos é apenas o seu suporte, as técnicas, formatos e a linguagem empregados na sua produção, o que pode dificultar principalmente o tratamento técnico. Mesmo considerando-os como documentos especiais, as disciplinas buscam questionar o contexto de produção, organização e descrição, bem como o reconhecimento das características do tipo documental.

Nota-se a menção aos aspectos das fotografias, as disciplinas optativas “Acervos Audiovisuais”, da UNB<sup>9</sup>, e a disciplina optativa “Informação em Imagem

---

<sup>9</sup> “Estudo dos suportes dos documentos audiovisuais: história, desenvolvimento e técnicas de preservação. Análise da informação audiovisual: métodos de tratamento do conteúdo

Fotográfica”, da UFSC<sup>10</sup>, pois apresentam, em sua ementa/objetivo, tanto o método e o tratamento das imagens quanto a gestão dos documentos iconográficos e audiovisuais.

Os termos “organização arquivística”, “organização do acervo” e “organização” são citados na nomenclatura de algumas disciplinas e na ementa/objetivo. A disciplina optativa “Organização arquivística de materiais fotográficos”, da UNB, por exemplo, enfatiza o estudo das especificidades da organização arquivística voltado para documentos imagéticos e materiais fotográficos, priorizando o contexto de produção.

A disciplina optativa “Organização e Preservação de Acervos Sonoros e Audiovisuais”, da UFBA, trata do “Gerenciamento e tratamento técnico de registros sonoros”, preconizando os aspectos de preservação e conservação desses documentos em detrimento do contexto de produção documental e princípios arquivísticos.

A ementa/objetivo da disciplina optativa “Documentação Audiovisual”, da UFSM, inclui “aplicar técnicas de organização e classificação de documentos em arquivos de documentos audiovisuais”, sem mencionar o estudo do contexto de produção e princípios arquivísticos. A ementa/objetivo da disciplina optativa “Acervos fotográficos em Arquivos”, da UFES segue o mesmo caminho, visando atender as especificidades técnicas de tratamento documental, sem prever contexto de produção e princípios arquivísticos.

A disciplina optativa “Documentação Audiovisual e Digital”, da UNIRIO, enfatiza o estudo e tratamento técnico de arquivos audiovisuais, sem se ater ao contexto de produção documental e princípios arquivísticos. Cada uma dessas disciplinas remete ao conceito e métodos de organização dos arquivos audiovisuais e iconográficos, destacando as funções arquivísticas de classificação e descrição, incluindo a preservação desses acervos.

A disciplina obrigatória oferecida no curso da UNESP aborda as diferentes

---

informativa de som e de imagens fixas e em movimento. A evolução para o contexto digital: semelhanças, diferenças e a demanda de uma nova abordagem. Gestão de acervos fotográficos e filmicos: características, necessidades e soluções” UnB (2023).

<sup>10</sup> “A imagem fotográfica: aspectos históricos, teóricos, técnicos e práticos do analógico ao digital”. Informação em imagem fotográfica. UFSC (2023).

linguagens e gêneros documentais que são utilizados por nossa sociedade, especificando processos históricos de produção e inserção nos arquivos, entre as quais está a fotografia audiovisual e sonora.

Um resultado importante a ser considerado para a área é o fato de que os cursos de graduação em Arquivologia da UFF, UFPA, UFPB e UNIASSELVI não contemplam disciplinas a respeito do tema deste artigo, seja por não disponibilizar os planos nos sites oficiais ou não os apresentarem nos planos e projetos político-pedagógicos. Hipotetiza-se, assim, que os discentes não adquiriram conhecimento para a realização da *práxis*, tendo em vista que tal produção documental é inerente a qualquer instituição e que a formação de arquivista, assim como suas atividades profissionais, pode ser prejudicada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das ementas e dos objetivos das disciplinas disponibilizadas pelos cursos aos quais obteve-se acesso, foi possível observar a multiplicidade de sentidos e abordagens sobre o tema, bem como as interpretações do que se é, atualmente, considerado como arquivos especiais e especializados, subsidiados, principalmente, pelo caráter do suporte, gênero e linguagem não verbal (documentos escritos).

Os resultados reafirmam a dicotomia entre suporte, gênero, formato e linguagem, responsáveis por diferenciá-los dos demais documentos arquivísticos (manuscritos, sonoros, digitais, por exemplo). Dessa maneira, compreende-se que, no contexto de práticas arquivísticas do século XX, a organização documental empregada nesses gêneros, a saber, audiovisual e iconográfico, passou a ser pautada após a formulação na década de 1970 dos conceitos de arquivo especial/especializado, tendo como reflexo a necessidade da época.

Na atualidade, no entanto, é preciso repensar a proposta da década de 1970, uma vez que existe um distanciamento expressivo dos princípios arquivísticos nos métodos de tratamento e gestão desses documentos. Observamos que os cursos analisados abordam tanto sobre a classificação, identificação, conservação, preservação e descrição, quanto sobre os

documentos digitais, incluindo aspectos de conservação do suporte ou informação, além da recuperação da informação dos documentos iconográficos e audiovisuais. No entanto, não encontramos as disciplinas que mencionam sobre a função de avaliação arquivística para esses documentos. Tais observações reforçam a escassa reflexão sobre a produção documental e sobre o contexto, impactando diretamente o perfil do arquivista e as práticas arquivísticas desempenhadas por esses profissionais.

As considerações baseadas na observação crítica dos dados descritivos de cada ementa e objetivos acarreta organização e processamento meramente técnicos e discrepantes dos demais documentos institucionais, gerando consequências negativas na atuação profissional, nos arquivos, nas tomadas de decisão e na memória institucional. Quando não se tem esses registros como documentos arquivísticos que carecem dos mesmos procedimentos dos documentos escritos, o contexto de produção e a organicidade são rompidos, deixando de se constituir em conjunto orgânico de documentos.

Assim, nota-se a existência de algumas disciplinas voltadas para os procedimentos de organização, técnicas de produção fotográfica, classificação, preservação, descrição e recuperação da informação. No emaranhado de entendimentos sobre os documentos audiovisuais e iconográficos, inclui-se as especificidades técnicas atreladas a sua preservação a fim de que se prolongue sua vida útil, contribuindo para a discussão das tecnologias para prolongamento em plataformas digitais e empenhando-se para o acesso posterior à sua criação.

Em um momento em que os cursos estão incorporando tanto o documento arquivístico digital quanto as implicações em sua produção e processamento, é premente que os conceitos e práticas com os documentos audiovisuais e iconográficos sejam revistos. Logo, é importante que os cursos de Arquivologia estabeleçam formas político-pedagógicas para atualizar suas matrizes curriculares, visando ampliar as ações de tratamento e gestão documental e exemplificações práticas a respeito, com uma abordagem integrada, arquivística e holística, em que todos os documentos arquivísticos sejam abordados em uma visão *sine qua non* da Arquivologia, e não com uma abordagem dicotômica.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf). Acesso em: 07 mai. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnicos de Arquivo, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 4 jul. 1978. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6546.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm). Acesso em: 15 maio 2023.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Câmara de Ensino Superior. **Parecer nº 212 de 7 de março de 1972**. Autoriza as universidades brasileiras a criação do Curso de Arquivologia em nível superior. Brasília: Câmara de Ensino Superior, 1972.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 28 de 13 de maio de 1974**. Reconhecimento do Curso de Graduação em Arquivologia. Brasília: Conselho Federal de Educação, 1974.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado de Cultura, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: ARQ-SP, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**, Vancouver, v. 11, p. 213-218, 1997. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1009025127463>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- FERREIRA, Rafael Chaves; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. O ensino de Arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de Arquivologia do RS. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 28, n. 3, edição especial, 2014. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/biblos/article/view/5358/3521>. Acesso em: 22 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 259-268, maio/ago. 2001. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ea/a/QvgY7SD7XHW9gbW54RKWHcL/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2020.

GOMES, Yuri Queiroz. A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil: 1971-1978. *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; MEDLEG, Georgete; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

NEWHALL, Beaumont. **Historia de la fotografía**. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.

PAES, Marilena Leite; MARQUES, Heloisa Helena Riani. Arquivos Fotográficos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 17-19, 1977. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrieve-file.pl?id=3f9079457da33ea8544bb6faf7a08d70>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PROBATÓRIO. *In*: VADE Mecum Brasil. [S. l.]: Projeto Vade Mecum Brasil, c2019. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/probatorio>. Acesso: 05 de jun. de 2024.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SÁNCHEZ-VIGIL, Juan Miguel. **El documento fotográfico**: historia, usos, aplicaciones. Gijón: Ediciones Trea, 2006.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no Laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Luiz Antonio Santana da. **Abordagens do documento audiovisual no campo teórico da Arquivologia**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2013.

SILVA, Luiz Antonio Santana. **Documentos audiovisuais no Brasil: trajetória, institucionalização e novas perspectivas**. 2019. 256 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2019.

SILVA, Luiz Antonio Santana; MADIO, Telma Campanha de Carvalho; MACHADO, Bruno Henrique; PENHA, Noemi Andreza da. Documentos audiovisuais e iconográficos em arquivos nos séculos XX e XXI: análise dos instrumentos teóricos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 468-489, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40775>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SOUGEZ, Marie-Loup. **História da Fotografia**. Lisboa: Dinalivro, 2001.

TAGG, John. **El peso de la representación**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2005.

TEIXEIRA JUNIOR, Paulo Roberto. Diretrizes Curriculares nacionais para o ensino superior: a lógica das competências em foco. **Crítica Educativa**, Sorocaba, SP, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/483>. Acesso em: 15 mar. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP). **Resolução UNESP nº 64, de 30 de setembro de 2020**. Estabelece a estrutura curricular do curso de Arquivologia da Faculdade de Filosofia e Ciências do câmpus de Marília. Marília, SP: UNESP, 2020. Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>.

## **THE TEACHING OF AUDIOVISUAL AND ICONOGRAPHIC RECORDS IN THE EDUCATION PLAN OF HIGHER EDUCATION COURSES IN ARCHIVAL SCIENCE IN BRAZIL**

#### **ABSTRACT**

**Objective:** The main objective is to reflect on the professional development of archivist and the approach proposed by the field regarding audiovisual and iconographic records in archives. As specific objectives, this study sought to identify the initial proposals for the management of these records, and to map the archival science courses, verifying the offering of courses and their syllabi concerning these documents. **Methodology:** Inconsistencies were identified regarding the theoretical and methodological framework regarding these records, as they are still often approached as special and specialized files, instead of being considered as records fulfilling a function with organic relationships within institutions. **Conclusions:** Many archival science courses in Brazil still maintain the concept of special and specialized archives and do not establish criteria or proposals for the inclusion of these records in the organic functions of institutions.

**Descriptors:** Archival Science. Teaching. Audiovisual Records. Iconographic Records. Special Archives.

## **LA ENSEÑANZA DE DOCUMENTOS AUDIOVISUALES E ICONOGRÁFICOS EN LOS PLANES DE ESTUDIO DE LOS CURSOS DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN ARCHIVOLOGÍA EN BRASIL**

#### **RESUMEN**

**Objetivo:** el objetivo principal es reflexionar sobre la formación de los profesionales del área archivística y el abordaje que propone el área de los documentos audiovisuales e iconográficos en los archivos. Como especificidades, se pretende identificar las primeras propuestas en el tratamiento de estos documentos; relevar los cursos de Archivología, verificando la oferta de disciplinas sobre estos documentos y sus planes de estudio. **Metodología:** se pretende identificar posibles inconsistencias en el entorno del aporte teórico y metodológico referente a estos documentos, ya que la mayoría de las veces se siguen abordando como archivos especiales y especializados, en lugar de un documento más cumpliendo una función, con relaciones orgánicas dentro de un institución, pública o privada. **Conclusiones:** Se constató que los cursos de archivo en su mayoría aún mantienen el concepto de archivos especiales y especializados y no reflejan de manera concreta criterios o propuestas para la inclusión de estos documentos en las funciones orgánicas de las instituciones de las disciplinas.

**Descriptores:** Archivología. Enseñanza. Documentos Audiovisuales. Documentos Iconograficos. Archivos Especiales.

**Recebido em:** 31.05.2023

**Aceito em:** 14.07.2024